

Rompendo as amarras da exclusão: estudo sobre o Programa de Aquisição de Alimentos entre agricultores familiares do extremo sul gaúcho

Cláudio Becker

Mestre em Ciências e doutorando junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl - RS).

E-mail: cldbecker@gmail.com

Flávio Sacco dos Anjos

Doutor em Sociologia, professor do Mestrado em Ciências Sociais, e do Departamento de Ciências Sociais Agrárias da Universidade Federal de Pelotas (Faculdade de Agronomia).

E-mail: fsacco2000@yahoo.com.br

Nádia Velleda Caldas

Mestre em Ciências e doutoranda junto ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Universidade Federal de Pelotas.

E-mail: velleda.nadia@gmail.com

Introdução

O cenário atual revela importantes mudanças que convergem para o reconhecimento quanto ao papel transcendental atribuído à agricultura familiar no contexto nacional. De acordo com Abramovay (1992), esta forma social de produção não somente supõe a garantia do abastecimento alimentar do país, mas igualmente representa uma opção estratégica em favor do desenvolvimento equilibrado da sociedade. Ela seria o objeto para onde convergem desenvolvimento e equidade.

Todavia, parece claro que são necessárias ações consistentes que ultrapassem o senso comum no sentido de dotar dito setor com um conjunto de instrumentos que potencializem seus atributos e contribuam para consolidar seu espaço na cena política e social do Brasil. O presente estudo propõe-se a incidir nesse debate a partir da análise de uma experiência concreta de política pública, no qual analisamos o impacto da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (doravante referido como PAA) sobre agricultores familiares do extremo sul gaúcho. Preliminarmente cabe elucidar alguns conceitos que são fundamentais para avançar nessa abordagem, como é o caso da segurança alimentar.

Como é sabido, esta noção admite múltiplas acepções¹ que oscilam entre a idéia de soberania e a perspectiva da sustentabilidade alimentar. No primeiro caso, concede-se primazia à autonomia alimentar dos países e aos objetivos de reduzir a dependência das importações e os impactos da flutuação de preços do mercado internacional. A sustentabilidade alimentar refere-se à capacidade de promover a satisfação das necessidades da população no curto prazo, sem que haja sacrifício dos recursos naturais, tornando possível a preservação das condições ecológicas que garantam a disponibilidade de alimentos para as futuras gerações (Belik, 2003). Nesta perspectiva, o tema vem assumindo um caráter estratégico para o desenvolvimento social, sendo a principal proposta de política governamental do Brasil, durante a última década, na área de alimentação, inclusão social e nutrição².

De acordo com Valente (2002), o tema ganhou destaque a partir do reconhecimento das nefastas conseqüências da *revolução verde*, as quais ampliaram as discussões acerca da insegurança alimentar que acomete países e continentes que se incorporaram a esse padrão produtivo, marcado pela ênfase na busca incessante de incremento de produtividade dos cultivos e criações e na omissão em relação aos impactos produzidos pelo uso indiscriminado de adubos sintéticos e agrotóxicos.

A insegurança alimentar das populações não poderia ser tratada exclusivamente pela ótica do consumo de uma dieta calórica mínima. De acordo com Sen (2000), a fome relaciona-se ao funcionamento de toda a economia e, mais amplamente, à ação das disposições políticas e sociais que podem influenciar, direta ou indiretamente, o potencial das pessoas para adquirir alimentos, preservando sua saúde e nutrição. Assim sendo,

Subnutrição, fome crônica e fomes coletivas são influenciadas pelo funcionamento de toda a economia e de toda a sociedade - não apenas pela produção de alimentos e de atividades agrícolas. É crucial examinar adequadamente as interdependências econômicas e sociais que governam a incidência da fome no mundo contemporâneo. Os alimentos não são distribuídos na economia por meio da caridade ou de algum sistema de compartilhamento automático. O potencial para comprar os

¹ Sobre esta discussão, consultar entre outros Maluf (2000) e Sacco dos Anjos et al. (2005).

² Chama-se a atenção para a reativação do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) ocorrida em 2003 e das três conferências nacionais promovidas desde então para discutir este tema na sociedade brasileira.

alimentos tem que ser *adquirido*. (Sen, 2000: 190. Itálico no original).

Nos últimos anos, a questão alimentar converteu-se em matéria de importantes debates e objeto privilegiado de intervenção estatal. Chegou inclusive a ser assumida como peça da retórica oficial e de grupos de interesse na arena política que culminou com a vitoriosa campanha de Luís Inácio Lula da Silva à presidência da república em 2002 (Sacco dos Anjos et al., 2008). Não obstante, a luta contra a fome é resultante de um processo histórico de mais de duas décadas de mobilização social. O *Programa Fome Zero* (PFZ) é, em verdade, um grande marco através do qual se aglutina um conjunto de programas de intervenção imediata e de natureza estrutural, implementados por meio de instrumentos de políticas públicas.

É nesse plano que se inscrevem algumas ações do PFZ, que foi concebido para articular um conjunto amplo de políticas públicas. De um lado, temos as políticas de transferência direta de renda (bolsa-escola, bolsa-família, etc.), distribuição de alimentos, merenda escolar, etc. De outra parte constam ações voltadas à reordenação fundiária, apoio à instalação de jovens agricultores, acesso a políticas públicas de fomento à produção da agricultura familiar, entre outras. É exatamente neste contexto que emerge o Programa de Aquisição de Alimentos, objeto de nossa análise.

O PAA é um instrumento de política pública instituído em 2003, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessários às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar (Mattei, 2006). O programa possui um amplo espectro de atuação, agindo simultaneamente na tríade produção-comercialização-consumo. Desta forma, oferece-nos algumas possibilidades interessantes no sentido de explorar as múltiplas dimensões da segurança alimentar, bem como certas externalidades previstas e imprevistas na dinâmica que acompanha essa política pública.

Em meio às profundas modificações que abalam a estrutura das formas familiares de produção, torna-se decisiva a atuação do Estado no sentido de propor medidas destinadas a aplacar os efeitos de uma crise que alcança o conjunto das comunidades rurais, particularmente nessa região da geografia gaúcha. Cabe destacar, que neste território a agricultura familiar passa por um período de

profunda especialização produtiva, que tem na produção de tabaco (em regime de integração vertical) sua maior expressão. O cultivo de alimentos e um conjunto de linhas de produção (suínos, batata, pêssego, aspargo, morango, entre outras) que, até então asseguravam a reprodução social de milhares de famílias rurais, vem paulatinamente sucumbindo ao monocultivo do fumo.

Analisando as informações sobre a produção agrícola municipal, verificamos que a partir do ano 2000, enquanto todas as demais plantações apresentaram redução tanto na área cultivada quanto na quantidade produzida, o tabaco mais do que dobrou em ambos os quesitos (IBGE, 2009). Vários são os fatores que contribuíram para esta situação. Todavia, não resta dúvida de que as restrições na comercialização da produção e acesso aos mercados têm sido decisivos para que os agricultores familiares se vissem forçados a alterar sua dinâmica produtiva tradicional, conforme demonstrou o estudo de Hirai (2008).

Já no começo desse novo milênio surgiram algumas iniciativas por parte do poder público, voltadas à questão da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Isso ocorreu em determinados municípios do Rio Grande do Sul, onde se assistiu à emergência das primeiras experiências de compra de alimentos para a merenda escolar nas escolas públicas estaduais. O consumo coletivo manifesta-se por meio da ação do poder público, na implementação de programas institucionais, os quais caracterizam o que se passou a denominar de mercado institucional (IPARDES, 2007).

Contudo, nenhuma destas iniciativas teve repercussão equivalente ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O PAA surgiu em meados de 2003, como uma das ações do Programa Fome Zero, tendo como fonte financiadora³ o Ministério do Desenvolvimento Social e, diferentemente das demais políticas ditas compensatórias, se propunha a estabelecer uma nova relação entre, de um lado, os beneficiários de programas sociais, quais sejam, as pessoas em risco de insegurança alimentar, e de outro, os agricultores familiares, dedicados ao fornecimento de gêneros alimentícios produzidos em seus próprios estabelecimentos.

Um dos projetos PAA de maior envergadura daquela época foi estabelecido justamente no município de Pelotas-RS, tendo cerca de

³ Em 2006 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) também passa a disponibilizar recursos para o PAA, sendo o programa operado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Maiores detalhes podem ser obtidos em Müller (2007).

2.600 famílias como beneficiários consumidores e cerca de 1.000 famílias de agricultores familiares como fornecedores credenciados.

O advento deste instrumento de política pública pode ser visto como via de fomento ao desenvolvimento rural, o qual, em sua essência, não contempla apenas o plano econômico, mas, sobretudo, a melhoria da qualidade de vida das populações rurais e o estabelecimento de novas relações com outros atores econômicos. Ações neste sentido podem contribuir para que os agricultores familiares enfrentem os desafios do mundo contemporâneo, à medida que oportunizam sua inserção nos mercados e a geração de trabalho e renda no âmbito das comunidades rurais em que residem.

O problema de pesquisa que sustenta este trabalho centra-se em algumas grandes questões. Nesse sentido, indagamo-nos: como os agricultores familiares se reconhecem no processo de comercialização atinente ao referido programa? Por outro lado, quais as perspectivas surgidas a partir da operacionalização do PAA em suas localidades? Houve modificações nas unidades produtivas, como no caso da retomada e/ou ampliação dos cultivos tradicionais e da diversificação produtiva? Estas são questões que nos parecem essenciais à compreensão do real impacto causado por este instrumento de intervenção estatal, o qual consideramos como representativo de uma política pública tipicamente estruturante.

Metodologia

A definição do universo empírico para a realização da nossa pesquisa não se deu de forma aleatória, cuja fase de campo se desenvolveu durante o segundo semestre de 2009. Nosso universo empírico compreende os municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul como representativos do recorte de realidade. De um universo de 850 produtores participantes deste programa, extraiu-se uma amostra de 60 famílias rurais entrevistadas, cuja escolha se deu a partir do contato com as instituições implicadas, quais sejam: Cooperativa Sul Ecológica⁴ (Pelotas); UNAIC⁵ (Canguçu) e, COOPAR⁶ (São Lourenço do Sul), às quais tomamos como base

⁴ A Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda é uma cooperativa regional que congrega agricultores ecologistas, que conta atualmente com 220 cooperados, distribuídos em oito municípios.

⁵ A UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu e região) é formada por 38 pequenas associações e grupos de agricultores familiares.

⁶ A Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda (COOPAR), possui mais de dois mil agricultores familiares em seu quadro social.

para estabelecer a distribuição, o mais equilibrada possível, dos entrevistados, levando em conta o montante de agricultores que a cada uma destas organizações corresponde.

Convém salientar, que analisamos uma modalidade⁷ específica pelo qual o PAA é operado, qual seja a *Compra com doação simultânea (CPR Doação)*, que visa promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos, atendendo também aos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias. É também a modalidade em que os alimentos vão direto do agricultor à entidade responsável pela distribuição dos mesmos, sendo necessária uma grande organização produtiva e social neste processo. Especificamente, a *CPR Doação* é o mecanismo pelo qual efetivamente os agricultores familiares acessam o PAA, através de suas organizações, nos municípios em que foi realizada a nossa pesquisa.

A apreciação isolada dos dados quantitativos correspondentes à operação do programa é obviamente limitada, razão pela qual se tornou essencial a montagem de um banco de dados primários a partir da aplicação dos questionários e a realização de sessenta entrevistas, visando contemplar as questões postas. As informações coletadas e dados quantitativos compuseram um banco de dados no formato estatístico SPSS (*Statistical Package Social Science*), através do qual procedemos à análise e cruzamento das variáveis.

Resultados e discussão

Esse estudo esteve voltado a diagnosticar se de fato os beneficiados com o PAA formavam um contingente de agricultores familiares que obtiveram melhorias efetivas em suas unidades produtivas a partir da sua inserção no programa. Assim sendo, nas entrevistas realizadas procurou-se extrair informações que respondessem a estes imperativos, não obstante examinar outras questões pertinentes à análise sobre a eficácia desta política pública.

Os dados da Tab.1 indicam a distribuição dos entrevistados segundo o tipo de produto⁸ fornecido ao PAA. As hortaliças e frutas

⁷ Para maiores detalhes sobre esta e as demais modalidades que o PAA opera, consultar, entre outros, Müller (2007).

⁸ A classificação foi realizada da seguinte forma: a) Grãos: feijão, milho e arroz; b) Hortaliças e frutas: abóbora, couve, cenoura, beterraba, cebola, laranja e

foram os produtos fornecidos pela maioria das famílias, seguidos dos grãos, raízes, tubérculos e produtos agro-industrializados, respectivamente. Salienta-se que os produtos da agroindústria familiar são adquiridos pelo programa, condição que incentiva os agricultores ao esforço de agregação de valor e o processamento dos produtos em seus próprios estabelecimentos, visto que esse processo é uma prática tradicional entre os descendentes de europeus (alemães, italianos, franceses e outras etnias) que colonizaram a região⁹. Desta forma, esta prática, antes tão presente no cotidiano destas famílias, se viu fortalecida com a operação do PAA.

Outro ponto de destaque é que oito famílias entrevistadas forneciam alimentos enquadrados em três dos grupos apresentados na Tab. 1. De um modo geral, as unidades produtivas possuíam uma considerável diversificação das suas atividades e tipos de cultivos. Não obstante, doze famílias entrevistadas produziam unicamente grãos (feijão e milho) para o programa. Esta situação aparece comumente associada à produção de tabaco. Notou-se que, nestes casos, o programa assumia uma condição exclusiva de mercado, ou seja, de venda de parte da produção, pressupondo um baixo impacto na renda e na diversificação da exploração familiar.

Tabela 01: Distribuição dos entrevistados segundo o grupo de produtos em que se enquadram os alimentos fornecidos ao PAA.

Grupo de produtos	Número de famílias
Grãos	38
Hortaliças e frutas	31
Raízes e tubérculos	29
Produtos agroindustrializados	08
Total	106*

Fonte: Pesquisa de Campo (2009). * O total é superior ao tamanho da amostra porque a maioria das famílias forneceu produtos de mais de um destes grupos.

bergamota; c) Raízes e tubérculos: batata, batata doce e mandioca; d) Agroindustrializados: suco, *schimier* (doce em pasta), mel e ovos.

⁹ É o que evidencia Grando (1989) em seu estudo sobre a 'Colônia Francesa' no interior do município de Pelotas. "[...] as fábricas artesanais de doces, passas e conservas de frutas e legumes que surgiram em Pelotas, nos dois últimos decênios do século passado, desenvolvidas a partir do campesinato ali formado". (Grando, 1989, p.104).

Sobre a produção de fumo, esta atividade estava presente em dezesseis das sessenta unidades produtivas investigadas. Durante as entrevistas houve diversos relatos da especialização produtiva decorrente do cultivo do tabaco nas comunidades em que os agricultores residiam, ou seja, a renda agrícola das famílias dependeria unicamente desta produção. Vários dos nossos entrevistados declararam que assumiram uma condição de fornecedores de alimentos básicos para seus vizinhos que produzem fumo.

A Tab. 2 mostra a distribuição dos entrevistados quanto ao sistema produtivo utilizado na produção dos alimentos destinados ao PAA. Nota-se, que 60,0% dos agricultores utilizam o sistema orgânico/ecológico¹⁰. Este fato chamou-nos a atenção, pois encontramos evidências de que o programa foi utilizado, de certa maneira, para impulsionar a produção ecológica na região.

Tabela 2: Distribuição dos entrevistados segundo o sistema produtivo adotado na produção dos alimentos destinados ao PAA.

Sistema de produção	Número de famílias	Percentual (%)
Orgânico/Ecológico	36	60,0
Convencional	24	40,0
Total	60	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

Há que frisar que o PAA oferece um bônus de 30% sobre os preços correspondentes aos produtos convencionais para o caso de alimentos produzidos ecologicamente. Este incentivo monetário foi detectado pela ampla maioria dos nossos entrevistados (85,0%) como um atrativo a iniciar um processo de conversão agroecológica¹¹. Da mesma forma, a partir do seu ingresso no PAA,

¹⁰ Esta é a designação que o PAA confere aos produtos concebidos em um sistema produtivo que não utilize produtos químicos sintéticos e adubos de alta solubilidade. Todavia, reconhecemos as diferenças existentes entre a produção orgânica e a produção agroecológica. Neste sentido, utilizaremos a expressão sistemas de produção de base ecológica para nos referirmos aos processos que visam a obtenção de alimentos de acordo com os princípios agroecológicos.

¹¹ De acordo com Gliessman (2001), refere-se a um processo gradual de mudança, através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, tendo-se como

muitos agricultores efetivamente realizaram esta opção. É precisamente o caso de 37 entrevistados que iniciaram a produção de base ecológica à época em que ingressaram no programa, sendo que alguns destes já possuíam alguma experiência anterior.

Em termos operacionais, a diversidade dos gêneros alimentícios provenientes dos agricultores familiares compõe uma “sacola” de produtos que contempla um grupo amplo de alimentos, não obstante a sazonalidade da produção em se tratando de produtos regionais. Assim sendo, há uma variação considerável na composição das sacolas durante o ano. No que tange à diversidade dos gêneros ofertados, ressalta-se que essa é uma característica emblemática da agricultura familiar, sendo sem sombra de dúvida, um dos atributos mais valorizados pelo PAA.

Tabela 3: Composição das “sacolas” de produtos adquiridos pelo PAA e distribuídos aos beneficiários consumidores no município de Canguçu - RS, em 2008.

Produto	Sistema de cultivo	Quantidade/sacola*
Abóbora	Ecológico	6 kg
Arroz	Convencional	4 kg
Batata doce	Ecológico	4 kg
Batata inglesa	Ecológico	4 kg
Bergamota	Ecológico	2 kg
Beterraba	Ecológico	2 kg
Cebola	Ecológico	4 kg
Cenoura	Ecológico	2 kg
Couve	Ecológico	1 kg
Farinha de milho	Ecológico/convencional**	2 kg
Feijão preto	Ecológico/convencional**	4 kg
Laranja	Ecológico	3 kg
Mandioca	Ecológico	3 kg
Mel de abelhas	Convencional	1 kg
Ovos coloniais	Ecológico	1 dz
Peixe em posta	Convencional	1 kg
Repolho	Ecológico	3 kg
Schimier de frutas	Ecológico	1 pote (700g)
Suco de frutas	Ecológico	1 litro

* Quantidade condicionada à sazonalidade de produção.

** Parte da produção é ecológica, sendo a outra convencional.

Fonte: Pesquisa de campo (2009).

meta a passagem de um modelo agroquímico de produção a estilos de agricultura que incorporem princípios, métodos e tecnologias de base ecológica.

A Tab. 3 indica a relação dos produtos constantes no programa no município de Canguçu - RS. Neste caso, a entrega de produtos é realizada por duas associações e duas cooperativas de agricultores familiares, sendo distribuídos a associações de bairro, entidades assistenciais, comunidades religiosas, escolas de educação infantil e de ensino fundamental.

Percebe-se que não somente constam frutas e hortaliças, mas inclusive artigos tradicionais (farinha de milho, suco e *schmier*) onde houve alguma agregação de valor, além do fato de serem produtos ecológicos. Com relação a esse aspecto, assim se manifestou um de nossos entrevistados:

Os produtos ecológicos pros beneficiários são muito bons e bem aceitos [...] junto há um trabalho da Assistência social, com as nutricionistas... com a economia doméstica, para que haja o melhor aproveitamento dos produtos recebidos. Para não haver desperdício, sejam bem aproveitados. (Informação verbal¹²).

O PAA possui um limite anual de recursos disponibilizados por agricultor familiar. Na modalidade *Doação simultânea*, em 2003, esta cota máxima anual era de R\$ 2.500,00, correspondente a uma média de um salário mínimo mensal mais o décimo terceiro salário para cada família. Houve, posteriormente (2006), um reajuste deste valor, passando a R\$ 3.500,00 e a R\$ 4.500,00 três anos depois (2009). Sobre esse aspecto, cabe mencionar que uma ampla maioria (80,0%) considera este valor baixo ou muito baixo, sendo igualmente apontado como um entrave à adesão de novos agricultores ao PAA.

Os dados da Tab. 4 indicam a distribuição dos entrevistados segundo a renda obtida através desse programa. Vemos que quase 2/3 deles enquadra-se no estrato máximo de renda percebida. Quanto às rendas obtidas da atividade agrícola, observamos que as famílias apresentaram uma amplitude bastante elevada. Todavia, há que sopesar o fato que várias unidades produtivas possuíam outras rendas, provenientes de atividades não agrícolas e de transferências governamentais (previdência social e programas sociais).

¹² Informação fornecida por B.M.B.B. (pedagoga e integrante do comitê do PAA) em entrevista realizada em dez./2009.

Tabela 4: Distribuição dos entrevistados de acordo com os estratos de renda anual obtida através da comercialização dos seus produtos ao PAA entre 2008/2009.

Estratos	Número de famílias	Percentual (%)
R\$ 1,00-1.000,00	04	6,7
R\$ 1.001,00-2.000,00	08	13,7
R\$ 2.001,00-3.000,00	10	16,7
R\$ 3.001,00-3.500,00	38	63,3
Total	60	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

Ressalta-se ainda que os entrevistados mantinham, majoritariamente, uma produção bastante diversificada, cujo objetivo primordial era a produção de alimentos para atender as necessidades do grupo doméstico, destinando parte da produção para o mercado. Isto ficou claramente evidenciado em alguns depoimentos:

Em primeiro lugar a gente tem que pensar em produzir para comer. Não adianta comprar tudo. Quem só planta fumo, compra tudo no supermercado. Aí também não adianta... a gente produz tudo o que consome. (Informação verbal¹³).

Na agricultura, uma cultura só não funciona. Se não tem a batata, o feijão... aí não funciona. Se tem que comprar tudo, aí não dá certo. (Informação verbal¹⁴).

Eu acho que no mínimo quatro coisas um agricultor tem que ter na lavoura. Senão acaba tendo que comprar toda a comida e vira tudo em despesa. A gente sempre planta prá consumir. (Informação verbal¹⁵).

Frente a esse aspecto, percebe-se que o PAA exerceu uma interessante influência, pois possibilitou que as famílias

¹³ Informação fornecida por A.M.S. (agricultor familiar) em entrevista concedida em Canguçu-RS, Dez./09.

¹⁴ Informação fornecida por L.T. (agricultor familiar) em entrevista concedida em São Lourenço do Sul-RS, Out./09.

¹⁵ Informação fornecida por G.L.B. (agricultor familiar) em entrevista concedida em São Lourenço do Sul-RS, Out./09.

continuassem a desempenhar suas atividades tradicionais, propiciando melhorias e investimentos na unidade produtiva a partir da obtenção de uma renda garantida através do fornecimento ao programa e do acesso a outros canais de comercialização.

Outra questão interessante refere-se ao tema do autoconsumo. Conforme aponta a Tab. 5, nenhum dos entrevistados relatou que a dieta alimentar da família tenha sofrido diminuição desde que ingressaram no programa. Mas o aspecto a que chamamos a atenção é para o fato de que 30 entrevistados haverem indicado que houve um incremento na sua dieta alimentar, especialmente do ponto de vista da diversidade e da qualidade desta, identificando o PAA como o principal responsável por essa mudança.

Tabela 5: Opinião dos entrevistados segundo a condição da evolução da dieta alimentar após o respectivo ingresso no PAA.

Condição	Número de famílias	Percentual (%)
Aumentando	30	50,0
Não se alterou	30	50,0
Diminuindo	0	0,0
Total	60	100,0

Fonte: Pesquisa de Campo (2009).

Destaca-se ainda que a metade das famílias pesquisadas afirmou ter ampliado o número de cultivos a partir do ingresso no programa, o que parece ter influenciado positivamente na condição de alimentação das famílias, conforme reiteram alguns relatos:

Antes quando queria se comer bem, se ia ao restaurante na cidade. Ali se dizia que se comia bem. Agora eu acho que aqui em casa a gente tem a mesma diversidade do restaurante. Não perdemos em nada pros restaurantes e com a vantagem de ser um produto de qualidade, sem veneno e adubo químico. Tudo saudável e produzido na propriedade. (Informação verbal¹⁶).

¹⁶ Informação fornecida por E.D.B. (agricultor familiar) em entrevista concedida em São Lourenço do Sul-RS, Nov./09.

Se come mais porque se tem mais produtos disponíveis. As verduras ajudam a ter mais opções. Vai da lavoura para a mesa. (Informação verbal¹⁷).

A gente tomava remédio pra pressão... agora com uma alimentação saudável e o trabalho que a gente faz, não precisamos mais de remédio. Se alimentando bem, a saúde melhora. (Informação verbal¹⁸).

Fica muito evidente a relação existente entre a diversificação produtiva e a qualidade da alimentação que fomenta a segurança alimentar da família dos agricultores entrevistados. Chamou-nos a atenção a associação feita por diversos destes, relacionando a saúde com a qualidade da alimentação. Mesmo com o fornecimento ao PAA, a questão da comercialização para os gêneros produzidos nos estabelecimentos investigados foi apontada como uma dificuldade pela maioria dos agricultores ouvidos. Nada menos que 73,3% dos entrevistados afirmaram que já haviam perdido parte significativa da sua produção por não ter para quem vendê-la,

Cebola se perdeu... se perdeu muita. Isso faz uns 13 anos. Não tinha pra quem vender né. Nós plantemo doze anos seguidos e só conseguimos ter renda em um ano só. Aos poucos a gente então foi parando com a cebola. Era uma região de muita produção e hoje praticamente já ninguém mais planta. (Informação verbal¹⁹).

O pêssego numa safra apodreceu todo. A fábrica sempre prometia de carregar e aí foi se perdendo e acabaram não comprando nada da gente. Isso muita gente perdeu assim. (Informação verbal²⁰).

Falta de compradores, preço baixo, muita produção e a nossa batata acabou apodrecendo toda dentro do galpão. Chegamos a levar de carrinho de mão para fora do galpão. A gente dava de graça e não tinha quem quisesse. (Informação verbal²¹).

¹⁷ Informação fornecida por A.E.C. (agricultor familiar) em entrevista concedida em Pelotas-RS, Nov./09.

¹⁸ Informação fornecida por G.O. (agricultor familiar) em entrevista concedida em Canguçu-RS, Dez./09.

¹⁹ Informação fornecida por D.R.C. (agricultor familiar) em entrevista concedida em Canguçu-RS, Dez./09.

²⁰ Informação fornecida por A.E.C. (agricultora familiar) em entrevista concedida em Pelotas-RS, Nov./09.

²¹ Informação fornecida por C.A.S. (agricultor familiar) em entrevista concedida em São Lourenço do Sul-RS, Dez./09.

A falta de acesso aos mercados ocasionou o abandono ou a drástica diminuição destes cultivos. Não raras vezes, a substituição verificada convergiu no abandono do cultivo de batata²² ou de cebola pelo plantio de tabaco. Com efeito, interessava-nos averiguar se o PAA havia causado algum impacto positivo nas expectativas das famílias com relação ao futuro da sua atividade no meio rural. Assim sendo, buscamos examinar se os agricultores tinham o desejo de que seus filhos permanecessem ou não na agricultura. Desconsiderando-se os seis beneficiários que não possuem filhos, 72,2% gostariam que os filhos permanecessem na agricultura; 16,7% não gostariam e 11,1% não souberam ou não quiseram responder esta questão. No que concerne ao aspecto sucessório, 61,7% das famílias prevêem um sucessor; 5,0% não vislumbram nenhum sucessor e 33,3% não souberam ou não quiseram informar.

Ainda que estes dados não expressem uma situação que entusiasme quanto à percepção de um futuro que a família projeta para a sua unidade produtiva do ponto de vista de sua permanência ou continuidade no meio rural, ressaltamos que os resultados obtidos com os beneficiários do PAA são bem mais otimistas se comparados com outros estudos realizados nesta mesma região, a exemplo da pesquisa feita por Silva (2009) com os beneficiários de uma outra política pública, o Banco da Terra²³. Há que se ter em mente ainda, que vários dos agricultores entrevistados indicavam que seus filhos já haviam deixado a atividade agrícola, muito em decorrência das sucessivas crises que afetam a estas famílias.

Cabe destacar ainda que nenhuma das famílias avaliadas manifestou a expressa intenção de abandonar a unidade produtiva e instalar-se na cidade. Mesmo apresentando queixas em relação à atividade agrícola, a escolha por seguir residindo no meio rural era sempre destacada como fundamental em seu imaginário.

Algo que ao nosso entender é um diferencial dos agricultores fornecedores ao PAA em relação aos demais agricultores familiares da região em que o estudo foi realizado, é o fato de que a esmagadora maioria (93,3%) dos nossos entrevistados ter afirmado

²² Destaca-se que São Lourenço do Sul já ocupou, durante os anos 1980, o posto de município com a maior produção deste tubérculo a nível nacional. No entanto, nos dias atuais a produção local de batata sequer cobre a demanda local, estando este cultivo tradicional em processo de franca decadência.

²³ Nesta pesquisa, realizada com os assentados pelo Banco da Terra em Canguçu, apenas 48,3% das famílias previram um sucessor, 23,3% não vislumbram nenhum sucessor e 28,4% não souberam informar.

que recebeu algum tipo de assistência técnica no último ano agrícola. Sabidamente, a falta de assistência técnica disponibilizada às unidades produtivas tem sido identificada como um entrave ao desenvolvimento das formas familiares de produção. Assim sendo, os fornecedores ao PAA podem ser considerados como privilegiados por contarem com este tipo de serviço, que certamente os auxilia no planejamento das suas atividades produtivas e na organização social da produção. Há que recordar que o PAA não é uma ação isolada, estando geralmente associado a outros processos e políticas públicas que devem ser levados em conta na avaliação de seu alcance.

Quanto às novas possibilidades advindas da operação com o PAA, 91,7% dos entrevistados afirmaram que o programa trouxe novas perspectivas para as suas atividades e permanência da família no meio rural. Uma das maiores virtudes do PAA parece estar na sua tentativa de conjugar três importantes etapas, quais sejam, a produção, a comercialização e o consumo, contemplando especificamente diversos grupos sociais que, em boa medida, encontravam-se à margem dos processos produtivos. Neste sentido, é indiscutível o impacto provocado pelo PAA na comunidade quilombola que fornece alimentos ao programa. Conforme depoimento a seguir transcrito, foi a partir da produção de base ecológica e do fornecimento de produtos ao PAA que se alterou, substancialmente, o cenário desta comunidade.

As famílias passaram a comer mais e melhor, incluindo hortaliças... é mais saudável e houve esse incentivo para produzir alimentos saudáveis. A partir do PAA também, uma parte daqueles que trabalhavam de empregado nos vizinhos, começaram a se dedicar mais em plantar a sua área, mesmo que a terra que a gente tenha é pouca. (Informação verbal²⁴).

As mudanças referidas denotam uma grande virtude que se deve associar ao PAA. Mesmo que outros fatores aqui identificados tenham contribuído para a situação descrita acima, o PAA há que ser visto como propulsor de novas possibilidades de comercialização da produção e de obtenção de renda para estas famílias.

A exigência imposta pelo PAA de os fornecedores estarem vinculados a alguma associação ou cooperativa representa uma seleção, um filtro social, que determina o ingresso no programa de agricultores com um determinado perfil. A característica

²⁴ Informação concedida por J.E.Q. (agricultor quilombola) em entrevista concedida em São Lourenço do Sul, Nov./09.

organizativa confere uma similaridade ao grupo de agricultores pesquisados, não se referindo exclusivamente ao número de instituições às quais estes se encontram associados, mas igualmente pelo grau de importância conferido pelos entrevistados a este processo social. Não obstante, os próprios agricultores reconheciam a necessidade de estarem articulados em associação para aumentarem suas opções de renda e trabalho. Isto pode ser observado claramente em alguns depoimentos, como: *“Tem que estar organizado e ter algum diferencial... do jeito ‘tradicional’ não dá mais.”* (Informação verbal²⁵). *“Se não tiver uma cooperativa, estar associado, não se consegue... individualmente é muito difícil.”* (Informação verbal²⁶).

No nosso entendimento, a inserção dos agricultores em diversas organizações sociais propicia a estes uma forma de sociabilidade que os coloca num outro patamar de compreensão da realidade em que se encontram inseridos, o que faz com que estes disponham de mais alternativas no afã de planejar e realizar as suas atividades sócio-produtivas e assegurar a reprodução social dos membros que integram a unidade familiar de produção.

Considerações finais

Em um cenário de especialização produtiva, marcado pela perda de autonomia e pelas reduzidas alternativas de sobrevivência, os agricultores familiares do sul gaúcho puderam contar, a partir de 2003, com uma política pública que visava atuar justamente neste escopo. Avaliar o impacto do PAA junto às famílias rurais foi o objetivo central deste estudo realizado com beneficiários do programa.

Neste sentido, evidenciamos que 91,7% das famílias entrevistadas tiveram alteradas positivamente as suas expectativas quanto ao futuro na atividade agrícola, através da garantia de comercialização de parte, ou mesmo, de toda a sua produção, propiciada pelo fornecimento ao PAA. Some-se a isso o fato de que houve um incremento na dieta alimentar de metade dos nossos entrevistados. Assumindo que a alteração dos hábitos alimentares não é um processo simples, este percentual (50%) pode ser considerado bastante expressivo, haja vista a qualidade da

²⁵ Informação concedida por G.O. (agricultor familiar) em entrevista fornecida em Canguçu-RS, Dez./09.

²⁶ Informação concedida por E.H.B. (agricultor familiar) em entrevista fornecida em Pelotas-RS, Nov./09.

alimentação destacada por diversas famílias como um fato indiscutível.

A diversificação produtiva, através da ampliação dos cultivos e rendas, foi proporcionada pelo PAA em 41,7% das unidades produtivas pesquisadas, sendo que em outras 51,7% das famílias não houve alteração dos produtos cultivados antes e depois do ingresso no programa. Se considerarmos que deste último grupo de famílias, boa parte já possuía um nível de diversidade em seus estabelecimentos, o PAA contribuiu para a manutenção desta faceta. Assim sendo, o programa teria igualmente auxiliado a uma parcela dos agricultores a preservarem práticas tradicionais.

Pudemos comprovar, nesta pesquisa, a importância assumida pelos mercados institucionais, a exemplo do PAA, no sentido de promover a diversificação produtiva, interferindo positivamente nas questões atinentes à segurança alimentar e nutricional dos agricultores familiares implicados neste processo. Da mesma forma, as perspectivas com relação ao futuro por parte das famílias beneficiadas a partir de seu ingresso no programa, foram também verificadas. Não obstante, as adversidades inerentes à atividade agrícola apareceram como uma grande preocupação por parte de vários dos entrevistados.

A aproximação aqui realizada sobre a dinâmica do PAA é obviamente limitada diante das restrições que enfrentamos no sentido de ampliar o número de entrevistados numa região consideravelmente grande, correspondente ao extremo sul gaúcho. Nesse sentido, entendemos a importância da realização de novos estudos que permitam cotejar os logros conquistados por essa política pública para além da mera compilação de dados estatísticos. Com efeito, nosso estudo demonstrou um aspecto que reputamos como crucial para avaliar programas dessa natureza, qual seja, o que evidencia o resgate da autoestima das famílias rurais a partir do momento em que ingressam no programa e cumprem o desiderato de fornecerem alimento a setores fragilizados de nossa população.

Não menos importante está a questão de representar uma oportunidade de romper com o mito de que os mais pobres estejam obrigados a consumirem produtos de qualidade inferior. Esse aspecto é irrefutável se nos atemos ao fato de uma criança de escola pública, oriunda de família de baixa renda, esteja consumindo diariamente produtos com esses atributos, que até então se reconhecia como próprios dos mercados direcionados às classes mais acomodadas de nossa sociedade. Possivelmente esteja

aí uma das grandes virtudes do PAA que devam ser levadas em conta em toda e qualquer avaliação desse programa.

Por outro lado, a ampliação do mercado institucional poderá representar uma excelente alternativa para viabilizar a melhoria das condições de reprodução social na agricultura familiar, promovendo ações estratégicas de desenvolvimento dos territórios, voltadas à valorização dos modos de vida tradicionais e à produção de alimentos em sistemas sustentáveis de produção. Encontramos, portanto, diante de processos que demandam uma rigorosa aproximação com respeito aos seus respectivos alcances, tarefa que se torna crucial para aperfeiçoar estes instrumentos de política pública orientados ao combate à exclusão social e à insegurança alimentar junto aos territórios rurais.

Referências

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec /Anpocs /Unicamp, 1992.

BELIK, W. "Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil". *Saúde e Sociedade*, v. 12, n. 1, 2003, p. 12-20.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/default.shtm>. Acesso em: 10 de novembro de 2009.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2001.

GRANDO, M. Z. **Pequena agricultura em crise: o caso da "Colônia Francesa" no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Teses FEE, n. 14, 1989.

HIRAI, W. G. **Agricultura familiar e segurança alimentar: a importância da produção para o autoconsumo em três municípios do RS**. Pelotas, 2008. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **O mercado de orgânicos no Paraná: caracterização e tendências**. Curitiba: IPARDES, 2007.

MALUF, R. S. J. "O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar". In: Belik, W. e Maluf, R. S. (Orgs.). **Abastecimento e Segurança Alimentar: os limites da liberalização**. Campinas (SP): IE/UNICAMP, 2000, p. 37-63.

MATTEI, L. "Estudo do impacto e da sustentabilidade do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, nas regiões sul e nordeste do país". S.l.: s.n, 2006.

MULLER, A. L. A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Porto Alegre, 2007. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SACCO DOS ANJOS, F.; GODOY, W. I., e CALDAS, N. V. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências**. Pelotas: Editora da UFPel, 2005.

SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V., e HIRAI, W. G. "Mercantilização da agricultura e insegurança alimentar no sul do Brasil". XLV Congresso da SOBER, Rio Branco, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

SILVA, F. N. da. Agricultura familiar e políticas públicas: estudo sobre o Banco da Terra no município de Canguçu, RS. Pelotas, 2009. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas.

VALENTE, F. L. S. (org.). **O direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. São Paulo: Cortez, 2002.

Agradecimentos

Os autores do artigo agradecem ao CNPq pela concessão de bolsa de mestrado, doutorado e de produtividade, bem como à CAPES pelo auxílio financeiro e bolsa de doutorado sanduíche concedido no marco de um Projeto de Cooperação Internacional hispano-brasileiro, intitulado "As Indicações Geográficas como instrumento do Desenvolvimento Territorial: A experiência espanhola e brasileira" (Projeto Nº 186/09), cujo apoio foi fundamental para a realização dessa pesquisa.